#COMUNICA!

PUBLICAÇÃO DOS CURSOS DE COMUNICAÇÃO DA FACULDADE ARAGUAIA



Conheça nossos projetos e ajude a transformar vidas!





PERFIL

CONSUELO NASSER: uma mulher por todas



Foto: Arquivo Cevam

Advogada, jornalista, de família rica e reconhecida na sociedade, Consuelo Nasserfoi uma mulher forte, à frente de seu tempo e que dedicou a vida para ajudar outras pessoas. Nasceu em Caiapônia, Goiás, e, se estivesse viva, completaria, neste 28 de dezembro de 2019, 81 anos de idade

Uma das primeiras mulheres a sair do Estado para estudar fora, foi aprovada no concorrido vestibular da Faculdade Nacional de Direito, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Consuelo foi criada por seu tio, Alfredo Nasser, exsenador por Goiás, deputado federal e ministro da Justiça.

O poder circulava próximo a ela; tinha condições financeiras para desfrutar a vida sem preocupações. Em uma das reuniões políticas realizadas em sua casa, em 1959, conheceu Batista Custódio, jornalista, que viria a ser seu futuro companheiro, e que, a seu lado, fundou o jornal Diário da Manhã, onde atualmente é editorchefe.

Inquieta diante das dificuldades socioeconômicas de pessoas que cruzavam seu caminho, demonstrava, desde a época da faculdade, a vontade de promover mudanças. Participando de reuniões da União Estadual dos Estudantes (UEE), se tornou uma atuante líder no movimento estudantil; se destacava e era questionadora em ambientes de maioria masculina.

Segundo a conselheira

Pioneira no combate à violência, Consuelo Nasser fundou o Cevam, que, há mais de três decádas, acolhe e luta pelos direitos de mulheres, crianças e adolescentes vítimas de agressão

Por Diego Araújo e Salma Ataíde

fiscal do Centro de Valorização da Mulher (Cevam), Maria das Dores Soares, a Dolly, Consuelo era "geniosa" quando colocava alguma ideia na cabeça - não media esforços para conseguir o que queria. Sempre ajudava quem batia à sua porta e trouxe, para si, a responsabilidade de construir de uma sociedade menos desigual.

Envolvida com causas sociais, ficou indignada com o cenário de sua época e que ainda hoje permanece atual: várias mulheres sendo mortas, vítimas de violência. Dentre elas, a funcionária pública Maria Helena Caiado, morta em 1980, a mando do ex-marido, o comerciante goianiense Waldir Roma, e a cantora Eliane de

Grammont, morta em 1981 pelo exmarido, o cantor goiano Lindomar Castilho.

Foi decidida a dar visibilidade para as mulheres, promover a conscientização e colocar um fim a esse ciclo de violência que Consuelo Nasser fundou, no início dos anos 1980, o Cevam - o nome. Centro de Valorização da Mulher, foi sugerido pela irmã de Consuelo, Sônia Penteado. Campanhas e passeatas foram feitas para incentivar o fim da minimização da mulher, levando informação e conhecimento. A instituição busca, atualmente, a participação de todos e cobra do governo a implementação de políticas públicas na área.

Disponibilidade Diária

A luta pela causa envolvendo mulheres e questões de gênero exige uma disponibilidade diária porque a violência é frequente. Em 2017, foram 30 mil vítimas de homicídio pelos próprios companheiros em todo o planeta, de um total de 87 mil assassinatos contra a população do sexo feminino, segundo a Organizações das Nações Unidas (ONU). Muitas mulheres ainda não compreendem quando ocorre um abuso, que começa desde uma conversa num tom mais alto ou no primeiro empurrão.

A personalidade de Consuelo Nasser foi influenciada também por Simone de Beauvoir, ícone do feminismo, que dizia em sua obra O segundo sexo (1949), que não se nasce mulher, mas torna-se mulher. De acordo com o Jornal Mulier, Beauvoir acreditava que a feminilidade é uma construção social estabelecida culturalmente.

De na opinião de Dolly, o machismo está enraizado na nossa sociedade e faz com que muitos enxerguem a mulher como um objeto. "Essa sensação de posse desperta a ilusão de que se ama demais; por isso o ciúme, a violência física e psicológica. A subserviência e submissão femininas foram ensinadas, por isso algumas denúncias são feitas só na situação limite", afirma.

Entretanto, o legado de Consuelo Nasser, o Cevam, acredita que o melhor caminho é a denúncia, contar a agressão para outras pessoas e procurar ajuda no primeiro tom de voz mais alto. O Cevam ajuda para que se encaminhe a denúncia. Nesses 38 anos do Órgão de Utilidade Pública, quase 30 mil pessoas foram atendidas. A instituição procura garantir abrigo, assistência social e psicológica, além da possibilidade de atendimento continuado: início, meio e fim.

Homenagens

Consuelo Nasser recebeu o Prêmio de Empresária do Ano em 1977 e 1979 e de Cidadã Goianiense em 1998. Foi dirigente do semanário goiano Cinco de Março (1959-1979) durante a ditadura militar e comandou financeiramente o jornal Diário da Manhã (1982-1984). Batista Custódio oferece espaço no jornal para publicações sobre o Cevam. O jornal é oriundo do semanário, fundado pelo casal, que decidiu se separar em 1985.

Depois de nove anos tramitando na Câmara Municipal de Goiânia e aprovada em fevereiro de 2012, passou a fazer parte do calendário de honras, com o aval do Legislativo, a Comenda Consuelo Nasser. Todos os anos, 35 mulheres empoderadas que lutam e combatem o desrespeito e a violência contra a mulher, recebem o Título Mulher Destaque Consuelo Nasser. A homenagem perpetua o nome da mesma, pioneira e engajada na assistência e reestruturação de mulheres vítimas de agressão.

Resgatando o caráter ativista, conforme a iornalista Silvana Marta em sua matéria "Título Consuelo Nasser mobiliza a Educação em Anápolis", publicada no jornal Diário da Manhã, no dia Internacional da Mulher deste ano, surgiu a ideia da professora Ailma Maria de Oliveira, que foi amiga de Nasser, juntamente com o Conselho de Mulheres da Central dos Ttabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), de oferecer uma homenagem, após autorização da família, chamada de Título Conselo Nasser, feita para mulheres combatentes como forma de propagação de sua história e fortalecimento das mulheres. Desde 2018, já foram entregues quase 1000 títulos por Goiás.

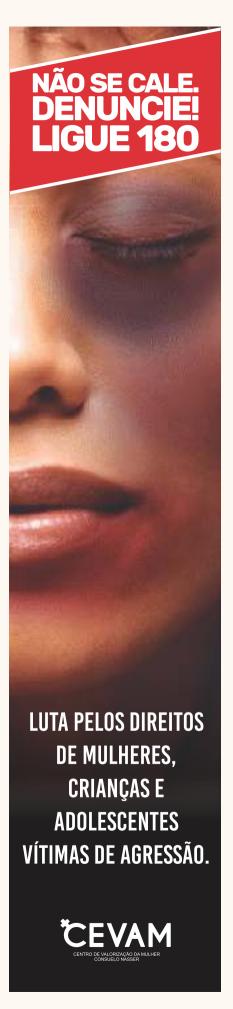
A luta de Consuelo Nasser pelo fortalecimento das mulheres se reflete no Cevam, que permanece tentando manter as portas abertas 24 horas por dia, mostrando que colocar numa situação de respeito um grupo que sempre foi silenciado é uma longa caminhada.

Tributo a Consuelo Nasser

Por Salma Ataide

O nome Consuelo Nasser ecoa entre as paredes do Cevam e nos corações de quantas encontraram arrimo sob seu estandarte

Nas trajetórias da vida de tudo que se vê tem o sorriso de felicidade de quem de contentamento, de aconchego se sente amada... As lágrimas no semblante das que pela vida foram apanhadas e pela sorte desnudas giram o mundo desamparadas... Como a roda do tempo as mãos que afagam que brincam em contentamento e de repente se perdem em tormentos... Mas o olhar de bondade aquele que exprime lá no fundo a doçura, a beleza, a sensibilidade Consuelo tu és o grito de liberdade



MEMÓRIA

HISTÓRIAS CRUZADAS

Cevam nasce no exílio

Por Patrícia Drummond



A história do Centro de Valorização da Mulher (Cevam) se entrelaça à história de Consuelo Nasser. Não há como falar de um sem falar da outra. Ou vice-versa.

E muito do que se diz ou se pesquisa a respeito de Consuelo ou do Cevam remete à história política da capital goiana, dos jornais Cinco de Março e Diário da Manhã. A mulher, a jornalista, o Estado de Goiás, o Cevam e a luta estarão, para sempre, ligados. Biógrafa de Consuelo, a jornalista Carla Monteiro contou um pouco dessa história em texto postado no dia 27 de dezembro de 2017, na plataforma online do Jornal Diário da Manhã

(http://www.dm.com.br/en trtetenimento/2017/12/80-anosde-consuelo-nasser.html), que transcrevemos a seguir. Consuelo

Nasser nasceu em 28 de dezembro de 1938 e morreu em 2002, no dia 20 de agosto. Na ocasião da reportagem publicada por Carla, a líder feminista de tantas lutas, fundadora do Cevam, faria 80 anos de idade se estivesse viva. Confira o trecho sobre a criação da entidade:



Afastada do universo jornalístico e empresarial, no início dos anos 1980, Consuelo Nasser sentia o peso da cultura agrária diluída na sociedade goiana. Amiga de Linda Monteiro, Mari Baiochi, Marília Vecci, Amália Hermano, Belkiss Spenciere, Glória Drummond. Maria Cabral. Ivone Silva. Gracie Clímaco e outras. Consuelo Nasser insuflou a todas pela criação de um entidade que questionasse publicamente a violência contra a mulher. Todas concordavam, mas não tinham muito bem definida a estrutura.

Com a morte da cantora Eliane de Grammont, em março de 1981, assassinada por seu ex-marido, o goiano Lindomar Castilho, Consuelo Nasser considerou encerrado o período em que matar mulher era socialmente aceitável. Entre uma e outra reunião na casa da amiga Linda Monteiro, o grupo fundou o Centro de Valorização da Mulher (Cevam). O propósito da entidade era mobilizar as mulheres numa frente ampla contra a violência, discriminação, atraso sociocultural e combate aos preconceitos.

Para tanto, desenvolvia campanhas permanentes de esclarecimento, visando a mudança da mentalidade tradicional, que se contrapunha à evolução da mulher como ser h u m a n o , a l é m d e , permanentemente, realizar passeatas exigindo a supressão das leis que humilhavam e inferiorizavam a mulher. Para época, as campanhas feministas do Cevam eram avançadas e de grande impacto.

Quase quatro anos após ter sido criado, o Cevam conseguiu, em 1985, que o prefeito Nion Albernaz (1983-1985) sancionasse uma propositura da vereadora Conceição Gayer, criando o Conselho Municipal da Condição Feminina. O espaço seria fechado, no ano seguinte, pelo prefeito Daniel Antônio 1986-1988. Cinco meses depois, em setembro de 1985, o governador Iris Rezende (1983-1986) instalaria a primeira Delegacia Especial de Polícia de Defesa da Mulher, em solo goiano e a segunda do Brasil. A pioneira no cargo foi a delegada Nadir Batista Cordeiro.

A próxima conquista capitaneada pelo Cevam seria a criação e instalação da Secretaria Estadual da Condição Feminina. Era um espaço genuíno e o primeiro da América Latina. As negociações para a efetivação do sonho haviam sido feitas com o recémempossado governador Henrique Santillo. Comando da secretaria foi entregue a Maria Célia Vaz, ungida pelo movimento feminino. Dois anos depois, ela foi substituída por Marilene Viggiano, que dirigia o Cepaigo.

Entre a criação e extinção da secretaria, em 1991, pelo novamente governador Iris Rezende (1991-1995), todos os documentos, entre pesquisas. projetos e atas, foram transferidos do Cevam para a secretaria. Parte do material retornou para as mãos de Consuelo Nasser, quando ela já estava morando à Avenida 86, no Setor Sul, em Goiânia, e transformou a sua residência em sede do Cevam. Aliás, os últimos 11 anos de vida, Consuelo Nasser se dedicou, exclusivamente, à luta pela entidade, agregando a ela os serviços de abrigamento tanto de mulheres vitimadas pela violência doméstica e sexual (Projeto Nove Luas) quanto adolescentes (Projeto Castelo dos Sonhos).

Patrícia Drummond é Jornalista, especialista em Assessoria de Comunicação e professora do curso de Jornalismo da Faculdade Araguaia



SAÚDE MENTAL

REFÉNS DA PROPRIA DOR Por Laylla Cristina Alves e Leonardo Calazenço

Falta de apoio profissional adequado pode provocar danos irreversíveis às mulheres vítimas de violência doméstica. Traumas psicológicos não devem ser ignorados jamais

A violência contra a mulher tem, como saldo, várias consequências para a vítima, traumas psicológicos dentre elas. Na maioria das vezes sem condições financeiras, muitas mulheres não têm o acompanhamento profissional necessário para evitar o convívio com uma desestrutura emocional que pode fazê-las reféns, por longos anos – ou pela vida inteira - do seu próprio medo.

Durante e após o período em que se percebe vítima de violência, é muito importante que a mulher conte com algum tipo de apoio, seja familiar ou de algum especialista, assim evitando qualquer tipo de fobia, medo e outros traumas que possam vir a ocorrer. "Qualquer tipo de violência compromete a qualidade de vida da vítima, gerando traumas psicológicos e, muitas vezes, físicos. É uma dor emocional muito grande, que vem acompanhada de sentimentos como vergonha, culpa, tristeza, fúria, frustação, autoestima reduzida, e a pessoa muitas vezes se isola", destaca a psicóloga Márcia Maria da Silva.

De acordo com a especialista, é muito comum que a vítima de violência doméstica desenvolva transtornos como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, transtorno do estresse pós-traumático, e outras fobias, além de alterações do sono, obesidade e outros sintomas somáticos, que podem aparecer no decorrer da vida da vítima. Márcia lembra, ainda, que a mulher agredida estará em constante batalha com seus medos, suas inseguranças e a dificuldade de confiar novamente nas pessoas, e ela viverá uma ambivalência de sentimentos.

"Ao mesmo tempo em que ela quer se dar a oportunidade de ser feliz, já vem o medo", sustenta a psicóloga. Por isso, diz, é muito importante o acompanhamento profissional para mulheres vítimas de agressões. "Sozinha, essa mulher dificilmente vai conseguir superar os traumas, por isso é importante que, diante de um quadro de violência, as pessoas que estão próximas orientem, conversem e a incentivem a buscar um tipo de auxílio", reitera.



Psicóloga: Márcia Maria da Silva



Quando eu vi, já não podia ver mais...

No começo eu pensava que era a personalidade dele, afinal, todo mundo se irrita.

Quando eu vi, a boca dele me insultava, e sem esforço nenhum, ele me manipulava a ponto de eu mesma acreditar que era louca.

Quando eu vi, as mãos dele grudavam no meu cabelo, e me jogava contra a parede, e suas atitudes fazendo eu ir contra meus familiares e amigos.

Quando eu vi, fazia de tudo para poder agradar a pessoa que mais me desagradava no mundo inteiro, eu fazia de tudo para a pessoa que jurou que seria tudo para mim.

Quando eu vi...

Quando eu vi, eu não conseguia mais denunciar, nem ao menos chamar por socorro, meu sangue já escorria pelo chão, naquele momento eu perdia toda respiração. Quando eu vi, ele se ajoelhou, chorou e me pediu perdão, e naquele momento já era tarde, aos poucos fui perdendo a visão. Quando eu vi, já me via em um imenso mar de escuridão, logo vi também todos chorando, pai, mãe e irmãos. Quando eu vi, estava cercada por uma multidão, todos a

minha volta querendo uma explicação, e ele, ele ali dizendo que havia perdido a razão. Quando eu vi, já era tarde demais, já não me restava mais nada, eu nunca imaginava que seria assim, afinal não tinha nada a perder, só queria ser amada. Hoje eu vi que ele veio me visitar, trouxe até rosas para se desculpar. Hoje, ele não me bate mais, meus sofrimentos acabaram e (in)felizmente eu descanso em paz. Hoje eu vi que ele carrega um grande remorso no coração, mas agora eu já estou agui, trancada em um caixão...



COMPORTAMENTO

HISTÓRIAS DE SUPERAÇÃO



A luta pela sobrevivência após a agressão e o processo de socialização em casos de violência contra a mulher

"O Cevam mudou a minha vida", relata a jovem Carla (nome fictício), de 23 anos. A baiana veio para Goiânia quando tinha 14 anos, com o objetivo de ajudar a cuidar do sobrinho. Ao passar dos dias, a adolescente percebeu um comportamento suspeito do tio, que logo depois tentou estuprá-la. Apesar de ser algo chocante, Carla faz parte de uma triste estatística feita por um levantamento do DataFolha realizado em fevereiro de 2019, encomendado pela organização não governamental (ONG) Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) para avaliar o impacto da violência contra as mulheres no Brasil. O número de mulheres que sofreram espancamento, no período, é assustador: 1,6 milhão. O número remete à violência doméstica. Neste universo, 76,4% das mulheres agredidas conheciam o autor da violência; a maior parte das agressões ocorreu dentro de casa, e foi cometida por companheiros ou parentes.

Foi exatamente esse o destino de Carla. Na tentativa de evitar o estupro por parte do tio, ela recorreu a um posto de saúde, sendo orientada por uma funcionária a fazer uma denúncia. Apesar da tentativa, a vítima foi espancada pela tia, esposa do agressor: "Quando cheguei em casa, minha tia me bateu muito! Meu nariz sangrava", recorda. Com a ajuda de vizinhos, a adolescente foi levada pelo Conselho Tutelar, e, então, encaminhada para o Centro de Valorização da Mulher Consuelo

Nasser (Cevam), onde recebeu abrigo.

A ONG já atendeu cerca de 27 mil pessoas - incluindo mulheres, crianças e adolescentes - nos seus 38 anos de existência. Conta com psicólogos, abrigo, atendimento 24 horas e cursos de capacitação. Assim, a jovem que foi retirada de um lar agressivo passou a ter uma série de atividades. "No comeco não era fácil, mais fui ocupando minha cabeca com as atividades que o Cevam nos oferecia e isso ajudava", lembra. Depois de sete anos morando na instituição, Carla conseguiu retomar a sua rotina. Mais que isso, construiu uma família: "Não que eu não lembre de tudo o que aconteceu comigo, porque isso é impossível! Mas Deus colocou um marido maravilhoso na minha vida e tivemos dois filhos".

Fuga com os filhos

De acordo com o monitoramento do Disque Denúncia 180, as agressões contra mulheres aumentaram nos últimos anos. Houve uma explosão de violência contra elas entre 2017 e 2018. A média mensal de agressões subiu 24%. Em 2018, 7.634 mulheres foram vítimas a cada mês, números maiores que os do ano anterior, que registrou 6.139 agressões. Os casos de tentativa de feminicídio, por exemplo, mais que dobraram e ultrapassaram 7 mil registros. A maioria dessas agressões é de companheiros que não aceitam o fim do relacionamento.

É o caso de Catarina (nome fictício), de 33 anos, que, ao tentar o processo de separação, enfrentou a fúria do marido chegando a ser agredida três vezes. A união durou cerca de um ano. "Ele não aceitou a separação e começaram as ameaças. Ele queria a guarda dos meus filhos", relata. Na tentativa de fugir do agressor, Catarina mudouse do Mato Grosso do Sul para Goiânia com os três filhos e conheceu o Cevam.

"Foi difícil no começo. Meu filho começou a desenvolver depressão", conta a vítima, revelando um importante aspecto ainda não notado por parte da sociedade: a violência infantil psicológica associada à violência contra a figura materna. Ou seja: um lar violento pode causar efeitos a curto, médio e longo prazos na criança. Foi o que ocorreu com o filho de Catarina. A interação com outras crianças e o amparo oferecidos pelas funcionárias do Cevam foi fundamental para a melhora do quadro.

Catarina e as crianças ficaram na instituição durante dois meses e tiveram acesso a atividades – ela, por exemplo, teve aulas de música e gastronomia. Atualmente, apesar do medo recorrente por conta do excompanheiro, a mulher consegue levar uma vida normal. "Conseguiram um emprego de camareira para mim, me ajudaram com móveis e outras coisas. Hoje consigo sustentar os meus filhos", comemora.

Sentimento de posse que pode matar

De acordo com dados divulgados pelo DataFolha 2016, cerca de 16 milhões de mulheres são vítimas de violência no Brasil anualmente. E, conforme os especialistas, ela não se restringe apenas às de forma física, mas pode evoluir também para o emocional. Agressões físicas chegam a se transformar facilmente em relações sexuais sem consentimento (estupro).

Primeiro de tudo, saber que é vítima de violência doméstica e reconhecer o agressor é extremamente importante, de acordo com a psicóloga Mônica Sampaio da Silva Aguiar. "Em geral, essas mulheres chegam ao consultório com muita vergonha e sua autoestima precisa ser fortalecida", relata a especialista.

O próximo passo, diz ela, é entender a dependência emocional da vítima pelo agressor. Segundo a psicóloga, a vítima sofre um massacre emocional, podendo correr o risco de desenvolver depressão, transtorno de ansiedade, síndrome do pânico e crises agudas de ansiedade, podendo chegar ao suicídio. "O agressor percebe a dependência emocional da mulher e a tem como refém, fazendo com que ele se sinta fortalecido para agredir cada vez mais. O sentimento de posse é muito comum nesses casos", reitera Mônica.

Por isso, é importante realizar um trabalho de socialização das mulheres vítimas de violência, qualquer que seja ela. Oferecendo abrigo, alimentos, e também inserindo essa mulher no mercado de trabalho. O processo feito com essas mulheres no Cevam possui o meio de abrigo, ambientação, e a reintegração à sociedade novamente. Com isso, a mulher agredida consegue voltar a ter uma vida normal.

De volta ao convívio social, a vítima ainda precisa continuar o tratamento e procurar formas de proteção, já que nem sempre os agressores são responsabilizados por seus atos. A instituição dá todo o amparo judicial para que essa mulher consiga levar a sua nova vida em segurança.









ARTIGO



Opressão, ambiente carregado, medo, "fantasmas" por toda parte, pressão psicológica, perda de identidade e de liberdade, prisão, gritos, injúrias, empurrões, ameaças, perseguição, filhos assustados, inseguros. Se esta descrição lhe parece um filme de terror, pode também, perfeitamente, se aplicar a um casamento, ou a um relacionamento afetivo. À vida a dois, debaixo do mesmo teto.

Ninguém casa sem amor, pensando que um dia vai terminar. Muito pelo contrário, decidimos unir nossa vida à de outra pessoa buscando crescer, multiplicar o amor através da família e tudo mais que frutifica a partir daí. E, de fato, não há perspectiva que possa ser mais feliz do que essa, não é mesmo?

Não. Nem sempre. As coisas não são sempre assim, infelizmente.

A vida a dois nos permite dividir o que temos de melhor e o que há de pior em nós. No entanto, esse "pior" pode se manifestar das formas mais diversas possíveis e vir em momentos os mais inesperados.

O que até então parece algo distante, de ouvir falar, de ver em notícias, ou ficar sabendo da fulana, da amiga da vizinha, pode cair como um pára-quedas em sua vida, roubando não apenas a paz, mas tirando de você o que há de melhor – você mesma, sua essência. Mas, será mesmo que caiu de pára-

SOBRE RELACIONAMENTOS ABUSIVOS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Por Márcia Pimenta

quedas? Ou sempre foi assim? Você demorou tanto assim a enxergar? A ficha custou a cair? Que culpa você teve?

Culpa nenhuma. Não temos culpa da violência cotidiana que nos é imposta!

Ciúmes, posse, mentiras, desculpas, injúrias, mais desculpas (ou nem isso), pressões financeiras, pressões diárias e, de repente, você se vê numa teia de onde é dificílimo sair. A gente tende a naturalizar as situações absurdas, quando elas são recorrentes.

Coragem, auto estima, amor à família, principalmente aos filhos e a você mesma, necessidade de um resgate de algo que você tem uma vaga lembrança de que já foi um dia. São fatores que nos impulsionam à saída de relacionamentos como esse.

"Sabemos que a violência doméstica não é apenas física. É também moral, patrimonial e econômica, sexual, psicológica.

A ficha pode demorar mesmo a cair.

A tendência é ficar encontrando em suas próprias atitudes as razões que despertam constantemente no outro tal comportamento e atitudes. Em vão". Caindo na real, de que as coisas jamais mudam, muito pelo contrário, só pioram, as idas frequentes à delegacia da mulher, depoimentos, testemunhas, medidas protetivas, o que antes era um tabu, vira rotina em sua vida.

Fico me perguntando até quando haverá homens que nos subjugam, que nos desvalorizam, que nos tratam com inferioridade. O problema é estrutural, é cultural, sei disso como mulher, mãe, antropóloga, pesquisadora, profissional. Vivencio a desigualdade de gênero nas instâncias mais diversas da minha vida

Se lutamos por uma sociedade mais igualitária, precisamos, igualmente, lutar por uma vida privada mais digna, íntegra, respeitosa, desprovida de terror e medo. Nossos números são alarmantes demais, no que se refere à violência doméstica e ao feminicídio. E o que vira estatística são os casos divulgados, denunciados. Há quem se cala, quem silencia frente ao medo.

A migas, colegas, desconhecidas, mulheres, tenhamos voz, saibamos nos colocar, desde o início de uma relação afetiva, sempre, em primeiro plano. Anular-se, valorizar mais ao outro do que a si mesma, viver em função de ofertar o que não se recebe está fora de cogitação. Que coloquemos em prática toda a nossa empatia, que não soltemos nunca nossas mãos, buscando encorajar umas às outras, que pratiquemos todos os dias de nossas vidas a sororidade.

Márcia Pimenta é publicitária, antropóloga, professora universitária, mãe, mulher, livre e feliz.



ARTIGO

É PRECISO AMADURECER

Por Roberta Nascimento Barros



Prestes a completar 13 anos, a Lei Maria da Penha marca a adolescência dos Direitos da Mulher no Brasil, especialmente da luta contra a violência feminina. É intensa e expressiva, mas tem muito a amadurecer! Expressa uma sociedade em transição.

Certamente o país não é mais aquele de 2001, condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos por omissão, negligência e tolerância em relação a crimes contra os direitos da mulher. Era a primeira vez que um caso de violência doméstica chegava à OEA. A vítima, Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica agredida pelo marido em duas tentativas de homicídio. A primeira por arma de fogo, deixando-a paraplégica, a segunda por eletrocussão e afogamento. Quase 20 anos depois o agressor foi condenado.

Não, a sociedade brasileira não é mais aquela! Em 2006 viu nascer uma lei internacionalmente considerada moderna no tratamento do tema. Trata-se da Lei 11.340/2006, simbolicamente intitulada de Lei Maria da Penha. Seria um marco inicial. Ao longo dos anos, diferentes iniciativas e estratégias foram implementadas. Crimes envolvendo violência doméstica deixaram de ser

considerados de "menor potencial ofensivo". Medidas protetivas foram garantidas, delegacias especializadas criadas, denúncias facilitadas e agressores punidos. Recentemente, a Lei 13.641/18 acrescentou o art. 24-A à Lei Maria da Penha tornando crime o descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas em seu art. 22. Com a alteração, se o agressor descumprir uma das medidas a ele aplicadas (como suspensão do porte de arma, afastamento do lar, proibição de algumas condutas) poderá cumprir uma pena de 3 meses a 2 anos de detenção.

Cá estamos, 13 anos depois. Vivida a infância, superada a "inocência", vivemos intensamente nossa contraditória adolescência. Mais de 4 mil mulheres morreram no Brasil em todos os anos da última década. No ano de 2017 foram registrados 4558 casos e 4254 em 2018, mesmo após mais um avanço legislativo, Lei do Feminicídio (13.104/18), que tipifica o homicídio doloso contra a mulher por sua condição de sexo feminino ou por violência doméstica.

Com esses dados o Brasil corre o risco de sofrer nova a d v e r t ê n c i a d a C o r t e Interamericana. As políticas públicas de educação, prevenção e respeito aos Direito Humanos, tão caras e tão necessárias parecem retroceder, para nossa vergonha e tristeza.

A proposta de "Justiça Restaurativa" vem sendo estudada e inicialmente aplicada no país. Em pesquisa encomendada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre os resultados da Lei Maria da Penha, ela aparece como alternativa por sua sensibilidade na escuta das vítimas e dos ofensores. Em razão da natureza dos conflitos

domésticos, das relações familiares e afetivas envolvidas, das demandas das mulheres, "uma mesma resposta, como as medidas punitivas, não serve para todos os casos", é o que afirma a pesquisadora Marília Montenegro do estudo "Justiça Pesquisa – direitos e garantias fundamentais, entre práticas retributivas e restaurativas: a Lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário".

"Ao olhar para a mulher brasileira, a imatura sociedade brasileira oscila entre a devoção e o desprezo.

O amadurecimento dos direitos femininos trará, necessariamente, a superação de comportamentos perversos e infantis"

Os desafios são grandes. Como fase de transição que é qualquer adolescência envolve conflitos, contradições e alguma inversão da ordem. Aqui não será diferente. Ao olhar para a mulher a imatura sociedade brasileira oscila entre a devoção e o desprezo. O amadurecimento dos direitos femininos trará, necessariamente, a superação de valores e comportamentos perversos e infantis. Ou serão sempre incompletos, sofridos, carecedores de sabedoria e maturidade.

Roberta Nascimento Barros é advogada, jornalista, mestre em História, Professora da Faculdade Araguaia









ENTREVISTA

AQUI TEM ESPERANÇA!

Maria das Dores Soares fala sobre o trabalho do Cevam e as dificuldades enfrentadas pela mulher na sociedade atual



Dolly Soares Conselheira Fiscal do CEVAM Foto: Marcos Ferreira

À frente do Conselho Fiscal do Centro de Valorização da Mulher (Cevam), Maria das Dores Soares, conhecida por todos como Dolly, sucedeu a pioneira Consuelo Nasser – com quem conviveu e trabalhou – na luta diária da entidade pelos direitos da mulher. Nesta entrevista, Dolly enfatiza que Infelizmente nossa sociedade transmite à mulher um lugar de servidão, subserviência, que retrocedeu nos últimos tempos

Por Renata Aleluia

a s d i fi c u l d a d e s n o s relacionamentos pioram a cada dia e se aceleram com a internet, devido ao uso de celulares e redes sociais. Saudosa, relembra a amiga Consuelo, fundadora da instituição, como uma mulher forte, à frente de seu tempo, que entregou sua vida na ajuda a outras mulheres, sempre buscando formas de lutar pelo

Cevam sem medir esforços.

Relata, ainda - com entusiasmo -, a visita do secretário de Desenvolvimento Social Marcos Cabral para discutir sobre a implantação de uma rede integrada que possa melhorar o atendimento às vítimas de violência sexual e doméstica, visando uma estrutura adequada que necessita de recursos do Estado para garantir ações 24 horas, evitando que as vítimas não venham a procurar ajuda somente em situações limite. Em 38 anos de história, o Cevam já ajudou milhares de mulheres, adolescentes e crianças em situação de violência doméstica e abuso sexual.

Tornou-se referência nesse tipo de atendimento, porém, agora, enfrenta dificuldades.

Qual a capacidade de atendimento do Cevam hoje?

Agui na casa nós temos estrutura para receber 70 pessoas. Estamos, de dois, três anos para cá, diminuindo essa capacidade para receber 50. Hoje, especificamente (no mês de maio de 2019), são 27 pessoas atendidas, dentre mulheres e crianças. A nossa dificuldade para manter essas pessoas é tamanha, até porque o trabalho do Cevam não é somente aqui; estamos inseridos em outros espaços, por exemplo, o Conselho Estadual da Mulher, ligado a um órgão do Estado. Estamos atendendo os 46 municípios e até outros lugares, pessoas que vêm de fora e a gente atende quem bate à nossa porta. Essa estrutura tem que ser melhorada para haver uma continuidade no atendimento.

Você acredita que existem fatores contextuais na nossa sociedade que favorecem a violência doméstica?

Com certeza! A questão da posse, por exemplo, de os homens a charem que a mulher é propriedade deles, que podem fazer o que bem entendem; e tem mulher que acha que é assim, que podem. Ela (a mulher) acredita porque foi ensinado a ela obedecer, a não questionar, a aceitar. Mas as coisas têm mudado muito. A participação das mulheres na Política, que é um caminho para a transformação, ainda está muito devagar, mas a gente tem avançado. Quando chega na questão do mercado de trabalho, na questão salarial, os homens ainda estão recebendo mais para o mesmo trabalho. A mulher também tem uma carga tamanha de responsabilidade e, se tiver filho, não conseque trabalhar.

A mulher está efetivamente amparada pela lei?

O que é preciso ser melhorado? Anteriormente nós tínhamos uma lei, que era a Lei 9.099. A lei ainda existe, ela tinha um parágrafo que tratava da questão da violência doméstica, em que o agressor pagava uma pena alternativa ou prestava serviço à comunidade. Hoje não temos isso mais na lei. Só que a Lei Maria da Penha, que é um avanço para nós, mulheres, ainda não conseguimos tirar do papel. Não conseguimos porque os governos ainda não se atentaram

para a importância dessa lei, de se garantir o que está determinado: os juizados, a criação de delegacias, centros de referência, abrigamento para essas mulheres, todos esses mecanismos que vão encorajar essa mulher a denunciar, a buscar ajuda. Se nós tivéssemos centros de referência de portas abertas 24 horas para receber com atendimento psicológico, médico ou mesmo que não tivesse atendimento no local, mas que fizesse o encaminhamento direto para a rede, para essa mulher que chega precisando, a gente evitaria muitas mortes.

Sobre os agressores, existe um perfil? Eles costumam ser pessoas próximas?

Olha, as pesquisas todas nos indicam que são. Os agressores de mulheres são pessoas próximas: pai, tio, irmão, avô, vizinho; são pessoas conhecidas. Os agressores de homens são pessoas da rua, de fora, desconhecidos. Quem agride mulher são pessoas próximas e a grande maioria são homens.

#COMUNICA!

Existe uma época do ano em que a procura por ajuda aumenta?

Geralmente período de férias, grandes festas, final de ano, quando a falta de emprego aumenta, falta dinheiro, tem gente não está recebendo salário e aí começam as brigas em casa que desencadeiam outras coisas. Tem o alcoolismo; as pessoas buscam no alcoolismo fuga para realizar algo de violento contra as mulheres.

Como ajudar alguém que sofre com esse problema e como é feito o atendimento à vítima?

Tem que deixar claro que não há garantia de vida para essa mulher, porque tem muitas que acreditam que vai ter. Chegam até a delegacia e não tem isso, ela se sente ludibriada. É preciso deixar claro pra ela que a violência começa de um falar mais alto, de um empurrão e pode levar até a morte; ela tem que saber disso. É preciso buscar encorajar essa mulher. Em qualquer situação limite o caminho é a denúncia, mesmo que ela não faça uma denúncia formal, ela tem que contar para alguém, para outras pessoas, conversar com o seu filho, que está ali, vendo essa história, não dá mais para ficarmos escondendo as histórias, pois, com isso, você abre mais um caminho para tentar resolver. Muitos homens também pensam que a mulher não irá falar nada, não vai expor a família, vai ficar com vergonha, mas tem que expor, tem que contar, tem que conversar, não dá para ficar calada. Mesmo sabendo de todas as dificuldades, o melhor caminho é a denúncia. A gente, agui, direciona para que se formalize a denúncia.

Diante dessas complicações, para quem precisa de ajuda, o que o Cevam oferece, além do abrigo?

Primeiro, nesse momento, devido às nossas condições, é o abrigamento e essa rede nossa, de voluntários, que podem ajudar a resolver. Nós temos vários escritórios de advogados que doam o serviço, a pessoa não paga nada. É diferente da Defensoria, que não atende a população como um todo e onde só temos dois advogados na defensoria de mulher para atender toda a população de Goiás. Tem mulheres que chegam aqui que tem curso superior, mas não administram nem sua própria conta no banco, é o marido; elas ficam

sem saída. Nós acompanhamos essa mulher até o fim, mesmo que precise acontecer de ter que mudar de advogado.

Você acredita que isso motiva os casos de vítimas que retiram as queixas?

Também. A mulher quer um atendimento de início, meio e fim, com um profissional que realmente vai saber a história dela, vai saber o que ela sofreu, não um advogado que está aqui e amanhã já é outro, no dia da audiência é outro que nem sabe quem é essa mulher. Depois de todo esse tempo, a mulher já passou por recuperação e tentam fazer qualquer acordo ou se deixa pra lá. A Lei Maria da Penha é isso: não se faz acordo, tem que se cumprir o que está ali. Temos um sistema corrupto, todos querem ganhar em algum lugar. Enquanto isso, as mulheres estão morrendo.

O que elas precisam, além do abrigo, é essa garantia de atendimento?

Precisam da possibilidade de um atendimento continuado. Hoje, nós estamos nos espaços da Universidade mais que os homens, nas graduações, pós-graduações, doutorado, nós somos mais, mas também nós somos a maioria ainda das analfabetas, é uma estatística muito pesada. Temos mulheres que vêm para cá, ficam aqui e que não têm para onde correr, não têm como voltar para casa. Ninguém fica em abrigo porque quer, porque a vida é boa; não é. O empoderamento é muito dito: vamos empoderar essas mulheres, é uma saída importante, mas também precisamos alfabetizar, prepará-las para o mercado de trabalho, mas é preciso ter trabalho, estamos em uma situação crítica. E um conjunto, tem que haver essa harmonia com o todo, para que a gente consiga sair dessa situação. Ao nosso entender, essa harmonia se dá se tivermos uma rede integrada.

E o que seria essa rede integrada?

Uma rede de atendimento conjunto, com delegacias, com o Tribunal de Justiça, com o governo, com as secretarias, para que, quando essa mulher chegar aqui, possamos saber tudo o que pode ser feito por ela. Seria interessante que, por exemplo, essas casas que o governo repassa por meio dos impostos que pagamos, houvesse uma forma de essa mulher que foi

vítima de violência e precisasse de u m a c a s a , e n t r a s s e automaticamente para receber esse benefício que vai auxiliá-la; com isso ela poderia ir para o mercado de trabalho.

Podemos avaliar, então, que o grau de consciência, hoje, da sociedade, ainda é muito falho? É necessário mais visibilidade para a causa?

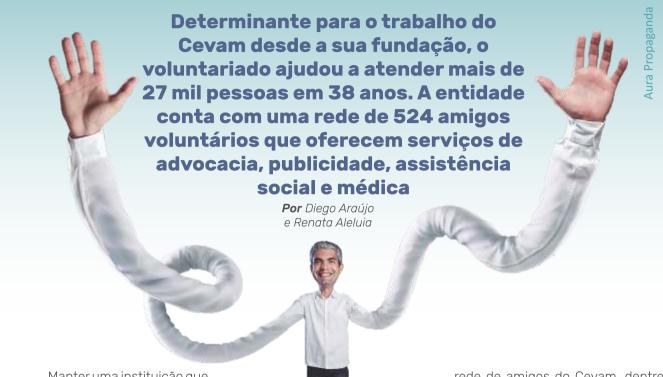
Com certeza. Há um sentimento, as pessoas são solidárias, mas se eu sou solidaria e não ajudo em nada não vai adiantar. "Nossa eu não aquento ver essa violência, essa mulher apanhando, essa situação, essas crianças" ... Mas, e aí? O que eu estou fazendo para mudar isso? As pessoas doam, elas têm ações solidárias na hora da comoção, em um caso que tomou visibilidade, saiu na imprensa. Aqui, você pode doar a qualquer hora do dia ou da noite, você vê a diferença em quem quer doar por ajudar e quem quer aparecer. Mas é uma missão que temos que alimentar, apontar, buscar, porque que é um processo de aprendizagem e não podemos desistir das pessoas.

Qual mensagem você deixa para

Eu acredito muito na força do voluntariado. Às vezes, as pessoas falam "Ah, mas vocês não precisam não é de dinheiro?" É claro que ele é importante, mas uma pessoa que se torna voluntário na instituição muda muito, e na nossa causa se faz necessário, não só hoie ou amanhã. Ainda temos que fazer uma longa caminhada e nessa longa caminhada a gente tem que buscar esse voluntariado para nos fortalecer, para que a gente mude essa história. E essa esperança de mudança tem que estar viva dentro da gente, para poder tocar os trabalhos, mesmo diante das dificuldades. Esperança de que dias melhores virão e acreditar sempre nas pessoas, estar sempre pronto para servir quem precisa de ajuda sem apontar, sem imposição, mostrar os caminhos para que as pessoas mesmas possam fazer as suas escolhas.

SOLIDARIEDADE

A Importância do voluntariado



Manter uma instituição que, ao longo de quase quatro décadas, já abrigou mais de 27 mil pessoas não é uma tarefa fácil. Lidar com mulheres, crianças e adolescentes que sofrem violência requer uma estrutura adequada. Além disso, existe o desafio de encarar uma sociedade que ajuda mais no momento de comoção, em casos de visibilidade, datas comemorativas ou para aparecer na foto. Há um sentimento de solidariedade, mas é preciso colocar em prática. Para isso, o Centro de Valorização da Mulher (Cevam) conta com o voluntariado, que é frequente desde o começo de sua história.

Na avaliação da conselheira fiscal Maria das Dores Soares, a Dolly, o voluntariado determina a força do Órgão de Utilidade Pública. "Para nós, é de suma importância; o voluntariado contribui e muito. É o que garante as nossas portas abertas", considera.

A Lei do Voluntariado, sancionada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 18 de fevereiro de 1988, provocou um aumento da participação social. "É uma lei simples, de poucos artigos, mas que serve como amparo e forma de evitar conflitos", ressalta Dolly.

A organização não governamental conta com pessoas

que são mais permanentes e que fazem parte do dia-a-dia e com outras que desenvolvem uma ação voluntária, como por exemplo, trazer brinquedos, fazer uma festa, rezar ou ministrar palestras.

Todo voluntário preenche à mão um cadastro, chamado Cadastro Voluntário, colocando o que pretende fazer. Dolly afirma que é uma maneira de se organizar melhor para receber os interessados. "Tem aquele que é cadastrado, que vem com uma ação pontual, e tem aquela pessoa que doa alimentos e roupas. Aos que estão mais constantes na instituição, pedimos para que façam esse cadastro. Tudo é bem explicado para a pessoa entender", esclarece.

Não se faz necessário estar dentro da instituição para ser voluntário. Existem profissionais que, no espaço em que trabalham, também colaboram oferecendo serviços. Ao todo, são 524 cadastrados que fazem parte da

rede de amigos do Cevam, dentre eles, escritórios de advocacia, médicos, psicólogos, dentistas, designers e estudantes.

Esse trabalho depende da disponibilidade de tempo de cada um. No entanto, quem oferece ajuda também acaba sendo ajudado. Segundo Dolly, existem os que estão presentes ativamente de outros jeitos. "Nesse mundo que nós estamos hoje, tem gente que quer vir aqui e jogar a dor para fora. E até isso temos que cultivar nas pessoas: a disponibilidade de ajudar", sustenta.

A l é m d i s s o , e s s a participação é procurada por quem possui formação acadêmica, mas não tem experiência. Dolly diz que o auxílio é uma maneira de aprender a resolver questões de todas as ordens. "Isso a gente faz para ajudar, porque, com certeza, depois a gente vai ter um retorno. Mesmo que seja uma coisa pontual lá na frente. O nosso interesse é manter a instituição de portas abertas para ajudar as pessoas que queiram ajudar outras, mesmo que seja pelo interesse de momento", pondera.

Um simples abraço doado pode se multiplicar e ajudar muita gente!

Palavra de voluntárias

Para Alice Antunes, sócia da Aura Propaganda, empresa responsável pela comunicação da ONG há 10 anos, trabalhar voluntariamente é um sentimento de responsabilidade. Presente na instituição há 13 anos - mesmo antes de ter sua agência - Alice afirma acreditar muito no trabalho que Dolly e a diretora presidente Maria Cecília Machado do Vale imprimem há tantos anos pela causa, que, para ela, é muito importante e urgente.

A inspiração de Alice vem da vontade de mudar a vida de quem precisa. "Como mulher e cidadã, me sinto responsável pela manutenção da ONG, por isso trabalho por ela. Sou empresária, publicitária, esposa e mãe. Não tenho tempo livre; encaixo o trabalho social/voluntário entre minhas atividades, como parte da minha rotina", enfatiza.

Quando questionada sobre como a experiência do voluntariado mudou sua vida e sua forma de ver o mundo, a publicitária destaca que qualquer ser humano que tiver acesso a 10% das histórias que o abrigo ampara terá sua vida ou - no mínimo - a forma que se relaciona com o outro alterada. "São histórias de dor, sofrimento e desespero.



Mulheres, adolescentes e crianças que precisam muito de um olhar especial para si. O lugar e suas vozes me transformam diariamente", argumenta.

O voluntariado é uma forma de colaborar com uma entidade filantrópica que luta contra a agressão há quase 40 anos e assume a responsabilidade com relação ao próximo, buscando uma sociedade mais justa. Toda ação envolve outras pessoas: voluntários temporários ou permanentes. É assim que Dolly espera reformar o Cevam de Goiânia e construir uma nova unidade em Aparecida de Goiânia.

Mary Alves declara que escolheu ser voluntária por compreender que a união faz a força e contribui com trabalhos humanitários há 37 anos. Ela conheceu a entidade em 2006 por meio de sua amiga Maria Cecília

#COMUNICA!

Machado, que é presidente do Centro de Valorização da Mulher e ajuda na arrecadação de donativos, visibilidade na mídia e projetos do Cevam.

A funcionária pública tem como inspiração as palavras de Jesus Cristo, de amor ao próximo: "Precisamos ser solidários com quem necessita mais do que nós". Mary diz fazer ações voluntárias sempre que solicitada - dentre outras datas, aponta o Dia das Crianças, o Natal e o início do ano letivo, em que busca angariar material escolar.

"Quando enxergamos a dor do próximo, compreendemos o quanto a nossa própria dor é insignificante. Todos merecem ser felizes", reitera a voluntária, lembrando que também optou por atuar voluntariamente pelo Cevam por conhecer a seriedade e as necessidades da instituição.

Se, assim como Alice e Mary, você também quer ajudar a entidade e se voluntariar, as portas estão abertas e aguardam o seu apoio na transformação da vida de mulheres, crianças e adolescentes. Faça parte e ajude a quebrar o ciclo da violência.



ARTIGO

A força do voluntariado

Por Virmondes Cruvinel



Há um Brasil silencioso que trabalha intensamente. É um trabalho pela sobrevivência. Não da própria sobrevivência, mas de outras pessoas. E esses abnegados trabalhadores não recebem salário algum. Recebem muito mais, algo de valor inestimável que dinheiro algum pode comprar. São os voluntários, autênticos e sinceros s e m e a d o r e s d o b e m, d a fraternidade e empatia.

Eles estão por todos os lados, mesmo quando a grande maioria não os vê. É gente que ajuda outras pessoas, cuida de animais a bandonados, participa de mutirões de construção de casas ou, quando se sentem atarefados demais no dia a dia, simplesmente ajudam de alguma forma, seja com doações de dinheiro, arrecadação de roupas e comida dentro do seu círculo de relacionamento social.

"Creio ser esta uma das mais nobres missões dos deputados e deputadas, a de oferecer apoio para a ampliação do voluntariado e todo o universo de fraternidade e empatia em nosso Estado"

Os voluntários estão no mundo todo. São os Capacetes Brancos na Síria ou os Médicos sem Fronteiras, com forte atuação no continente africano. Até mesmo nos Estados Unidos, a nação mais rica do mundo, há importante trabalho diário de voluntários, como o Exército da Salvação, que

alimenta moradores de rua. A própria ONU, Organização das Nações Unidas, mantém um ativo programa de voluntariado desde 1971.

No Brasil, o trabalho voluntário mais perceptível é ligado às igrejas. É um trabalho que sem apoios governamentais, atende milhares de pessoas carentes. Sem apoio financeiro oficial algum, essas ações humanitárias existem graças à iniciativa daqueles que se oferecem, dentro de suas limitações e afazeres. Existem ainda outros grupos que cuidam com zelo, carinho e atenção de animais domésticos abandonados.

Dentro dessa visão, aqui em Goiás temos uma das melhores e mais capacitadas ações para receber, proteger e auxiliar mulheres e crianças vítimas da violência doméstica, o Cevam, que também mantém a Casa da Mãe Sozinha Anália Franco. Um trabalho de abrangência extraordinária e que depende da dedicação de cada uma de suas voluntárias.

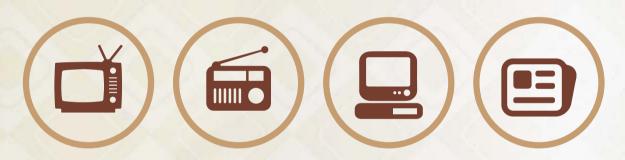
Com o objetivo de ampliar esse tipo de trabalho enquanto política pública em Goiás, lidero na Assembleia Legislativa a Frente Parlamentar do Voluntariado. Percebo que muitas pessoas querem ajudar, mas não sabem como fazer isso. Creio ser esta uma das mais nobres missões dos deputados e deputadas, a de oferecer apoio para a ampliação do voluntariado e todo o universo de fraternidade e empatia em nosso Estado. É isso que devemos fazer.

Virmondes Cruvinel

é líder do Cidadania na Assembleia Legislativa e coordenador da Frente Parlamentar do Voluntariado

·com

Mostre sua ESSÊNCIA!



Os meios de comunicação mudaram, mas a Essência ainda é Transmitir a mensagem.

16.05.19

Faculdade Araguaia

Setor. Bueno, Goiânia

Av. T-10, n°1047





ARTIGO

A IMPORTÂNCIA DE EMPODERAR-SE!

Por Juliana Junaueira



O mundo evoluiu. Alguns comportamentos antigamente considerados normais e aceitáveis hoje se tornaram desprezíveis, entre eles podemos citar o desrespeito e a violência contra a mulher. Nenhuma pessoa merece passar por situações de violência, seja física ou moral, por isso é extremamente importante que ensinemos as mulheres, ainda na infância, a importância do auto respeito, do amor próprio e da coragem.

O ato de empoderamento da mulher começa em casa. Não se deve exigir de nossas filhas, sobrinhas, afilhadas que elas tenham um casamento perfeito, que abdiquem do trabalho para cuidar exclusivamente da casa, que não sejam donas do próprio nariz. O medo do julgamento da sociedade, o medo da falta de condições financeiras, o medo do desamparo faz com que milhares de mulheres deixem de denunciar violências domésticas e se submetam a uma vida infeliz, apática. Na maioria das vezes, as violências físicas cometidas pelo companheiro vêm acompanhadas de julgamentos e assédios morais que fazem com que a mulher se sinta merecedora de tudo que sofre. Assim, ela não se sente vítima e sim a causa do problema.

A desigualdade de gênero é um dos fatores que explicam porque muitas mulheres não denunciam seus agressores. A disparidade de condições entre homens e mulheres no Brasil ainda é extremamente preocupante. O problema é que muitos, inclusive agentes públicos, tratam essa questão como frescura, como se homens e mulheres usufruíssem das mesmas situações financeiras, empregatícias, de segurança, de liberdade.

"O empoderamento das mulheres começa dentro de casa, pelos pais e familiares, mas também deve ser fomentado por meio de políticas públicas que visem a promoção da equidade entre os sexos"

O empoderamento das mulheres deve ser promovido dentro de casa pelos pais e familiares mas também deve ser fomentado por meio de políticas públicas que visem a promoção da equidade entre os sexos. É fundamental também que haja o fortalecimento do sistema legal de combate à violência contra a mulher e o investimento nas instituições que acolhem as vítimas.

Não podemos deixar de falar sobre outro ponto crucial: o investimento na educação. Não

adianta fortalecer o sistema de jurídico de proteção às mulheres e construir milhares de delegacias e centros de acolhimento se os casos de violência doméstica continuarem existindo e aumentando.

De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, são registrados 536 casos deste crime por hora no Brasil. Por isso os pais, as instituições de ensino e as instituições públicas devem ensinar os homens, desde cedo, a importância do RESPEITO, da cooperação, da igualdade.

É preciso que criemos homens feministas, que enfrentem o machismo no seu ambiente e nas situações do cotidiano, que entendam que a masculinidade agressiva e homogênea não possui m a i s l u g a r n o m u n d o contemporâneo. O mundo não pertence a apenas um gênero. É preciso que haja cooperação entre o masculino e o feminino para uma sociedade mais justa e igualitária. Como já dizia Pepeu Gomes: "Ser um homem feminino não fere o meu lado masculino..."

Por mais Pepeus Gomes pelo mundo!

Juliana Junqueira

é professora dos cursos de Comunicação Social da Faculdade Araguaia e Doutoranda em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás

Cineclube Araguaia

Filme: Eu, Paniel Blake

settma

15 de maio

8h - Auditório da Faculdade Araguaia

18h30 - Auditório do Colégio Teo

Debatedores: Gustavo Ponciano, José Antônio Cirino e Karine do Prado.



Jornalismo Publicidade e Propaganda



ARTIGO

Consuelo, minha amiga!

Por Glória Drummond

Nossas histórias se cruzaram no último ano da década de 1960. Aportei neste Cerrado em 1968, varrida pelo vendaval da Ditadura – que dizem não ter existido. Era meio adolescente ainda, da qual os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e os porões do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de São Paulo, tiraram tudo. Estuprada no corpo, amordaçada na alma, sofro de estresse, pânico pós-traumático até hoie.

Rejeitada pela família, rotulada de comunista, precisava fazer um curso. Em Goiânia, entrei na Universidade Federal de Goiás (UFG), à época de perseguição ferrenha aos universitários. Não fugi à luta, mas era uma posição difícil, dúbia para muitos. Respondia pela produção e ancoragem do jornal da noite Folha de Goyaz na TV, dos Diários Associados. Fazia mirabolâncias para dar o recado, relacionando o que ocorria em Goiás, Brasil e França. Preocupava-me com minha carreira universitária e na TV, até que o Ato Institucional de 1968, o Al-5, pediu a minha cabeça, por falta de um Atestado de Ideologia.

Sem emprego, sem participação no movimento estudantil, fui pedir emprego ou um espaço para escrever no Jornal Cinco de Março, de Batista Custódio. Ele se encontrava preso e fui, então, apresentada à sua jovem mulher, Consuelo Nasser. Simples, bonita, perfil de heroína da tragédia grega. Levava a marmita diária para o seu companheiro, amarrada numa espécie de trouxinha, daquelas que os bóias-frias recebiam de suas mulheres.

Os anos que vieram, passaram à História do Feminismo no Brasil como anos de importantes manifestações por parte de raras ativistas. O I Congresso da Mulher, no México, em 1975, foi um marco. Dele participei, ao lado de três ou quatro brasileiras. Veio o Tribunal de Crimes contra a Mulher, na Bélgica, do qual também tive a oportunidade



de participar, e onde se ouviu, pela primeira vez, a expressão 'femicídio'.

Quando o 'Ano da Caça à Mulher', em Goiás, Rio, São Paulo, ganhou a mídia, Célia Câmara, da Organização Jaime Câmara, confiou em mim para criar e apresentar, regionalmente, o Programa Mulher, conectado ao Mulher de Marília Gabriela e Marta Suplicy, então veiculado em rede nacional, pela Globo. Foi neste contexto que Consuelo Nasser fundou o CEVAM, apoiada por um grupo de corajosas ativistas.

Antes da fundação do CEVAM, Consuelo e eu passamos a ser amigas. Trocávamos livros, conversávamos muito sobre a condição da mulher. Ela nasceu feminista. Veio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde cursou Direito, com um filho nos braços, meio hippie, sobrinha predileta de Alfredo Nasser, de quem exigiu um emprego no Cinco de Março. Poderia ter feito carreira nos altos escalões da Justiça e ficou no Cinco de Março, do seu primo Batista Custódio.

Os primos de Caiapônia,

"Antes da fundação do CEVAM, Consuelo e eu passamos a ser amigas.
Trocávamos livros, conversávamos muito sobre a condição da mulher.
Fla pasceu feminista"

terra de lindas cachoeiras, se apaixonaram. Batista Custódio deveria ter nos olhos aquele fogo de Omar Sharif em Dr.Jivago, clássico do cinema de tirar o fôlego. Era poeta e revolucionário. Tiveram um relacionamento conturbado, "siamês", como dizia Consuelo, ou simbiótico. Em 1981 oficializaram a sua união e ela foi uma linda noiva. O mundo politico lotou a Igreja Ortodoxa da República do Líbano. Casada, ela se tornou "chapa branca", como também dizia. Sempre abominou a saída do

#COMUNICA!

feminismo das "catacumbas" e a nova situação de "chapa branca", do movimento que saía da clandestinidade, das "catacumbas", e se tornava oficial ou "chapa branca". Era uma rebelde com causa. Uma personalidade brilhante, diferenciada, num meio provinciano, patriarcal e machista.

O CEVAM dos primeiros anos confrontou os machões assassinos - Lindomar Castilho, Doca Street, Waldir Roma, Márcio Stancioli e um floricultor de BH que assassinou minha prima Regina Maria e levou as mulheres da Tradicional Família Mineira a escreverem, com tinta vermelha, nos muros da cidade: "Quem Ama Não Mata".

Generosa, alegre, Consuelo adotou várias crianças, que encaminhou na vida. Mãe biológica de Júlio e Fábio Nasser, não resistiu à perda trágica do

caçula. Sei da sua luta para resistir àquela dor. Acompanhei-a em várias sessões de terapia. Pensei que seu espírito guerreiro superasse a dor. De repente, em viagem ao Rio de Janeiro, recebi a notícia de sua morte. Foi para os quintais do Senhor, onde estava Fábio. O seu ato de tirar a própria vida deixou uma mola solta me arranhando, até hoje, por dentro. Faz falta a rebeldia, o jeito meninona que às vezes se revelava, a disposição para a luta ...

Este artigo não se baseia em pesquisa. Guieime pela memória, pelo afeto que afeta. Pelo amor à minha amiga, pelas nossas histórias que se cruzaram e, tão de repente, se descruzaram.

Glória Drummond é escritora, jornalista, historiadora e feminista



Registros pessoais da autora, dos primeiros movimentos e manifestações feministas realizados em nível internacional, dos quais participou

MANUAL DA MULHER DESPERTAR CIDADÃ

Por Eliane Campos

O objetivo deste manual é informar as mulheres sobre os vários tipos de violência e o seu papel enquanto cidadãs. O manual da Mulher do Centro de Valorização da Mulher -CEVAM é direcionado aos diretos da mulher em relação à violência.

É importante saber que a violência pode ocorrer tanto no espaço público, quanto no espaço doméstico. Este manual servirá de auxílio para todas as mulheres vítimas de violência e para todas as pessoas que queiram atuar no enfrentamento à violência contra a mulher.



Saiba mais sobre a Lei Maria da Penha e seus direitos: Porque conhecer seus direitos?

A cada 15 segundos, uma mulher é agredida no Brasil.

O Brasil é um dos países que mais sofre com a violência doméstica: 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas a esse tipo de violência.

Pelo menos uma em cada três mulheres ao redor do mundo sofre algum tipo de violência durante sua vida.

A violência doméstica é a principal causa de morte e deficiência entre mulheres de 16 a 44 anos de idade e mata mais do que câncer e acidentes de trânsito.

Cerca de 70% das vítimas de assassinato do sexo feminino foram mortas por seus maridos ou companheiros.

A violência contra a mulher atinge indistintamente mulheres de todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas.

A violência contra a mulher produz consequências emocionais devastadoras, muitas vezes irreparáveis, e impactos graves sobre a saúde mental, sexual e reprodutiva da mulher.

Mais de 40% das ações violentas resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos.

A violência ou mesmo o medo da violência aumenta a vulnerabilidade da mulher à infecção pelo HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis.

O temor de sofrer violência pode, por exemplo, fazer com que a mulher se submeta a relações sexuais sem o uso do preservativo

Existem diversas explicações para uma mulher não contar os episódios de violência

Eis alguns exemplos:

- Sente-se envergonhada e humilhada ou mesmo culpada pela violência
- Teme por sua segurança pessoal e pela segurança de seis filhos e filhas
- Teve más experiências no passado, quando contou sua situação
- Sente que não tem controle sobre o que acontece em sua vida
- Espera que o (a) agressor (a) mude de comportamento
- Crê que suas lesões e problemas não são importantes
- Quer proteger seu companheiro por razões de dependência econômica ou afetiva
- Tem medo de perder seus filhos e filhas
- O agressor ou agressora a acompanha e não a deixa falar ou pedir ajuda profissional
- Pertence a um âmbito cultural/social em que esses abusos são tolerados ou mesmo compreendidos como "naturais"
- Pensa que ama seu agressor ou agressora e que a violência reflete um momento ruim pelo qual está passando

#COMUNICA!

A constituição de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, representa um marco histórico: a proclamação da igualdade jurídica entre homens e muheres, ampliando direitos civis, econômicos e sociais de todas as mulheres; estabeleceu-se ainda, a igualdade de direitos e

responsabilidades no seio familiar. Foi definido como princípio do Estado brasileiro a não-discriminação por motivo de sexo, raça e etnia; proibindo, desta forma, a discriminação da mulher no mercado de trabalho e estabelecendo direitos reprodutivos, ou seja, direito de escolha de ter filhos.



QUEMÉ? Maria da Penha

Maria da Penha Maia Fernandes é uma farmacêuticobioquímica, nascida no estado do Ceará, que foi vítima de agressões e duas tentativas brutais de homicídio por ninguém menos que seu então marido. Após quase 20 longos anos, o agressor, o qual ela havia denunciado pelos maus tratos, ainda não havia sido julgado e poderia facilmente se beneficiar da prescrição. Buscando apoio de organizações de Direitos Humanos, Maria da Penha, em parceria com o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), denunciou a omissão do Estado brasileiro junto à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Tal Comissão reconheceu a grave omissão e orientou o Estado brasileiro celeridade e efetividade na conclusão do processamento penal do agressor, além de indenizar Maria da Penha e promover um processo de reforma que evitasse a tolerância e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra mulheres no Brasil. Com isso, o governo federal brasileiro sancionou a Lei 1.340/2006, dando-lhe o nome de Lei Maria da Penha.

2. OS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER ACONTECEM EM TODAS AS CLASSES SOCIAIS?

Sim. Infelizmente a violência contra a mulher ocorre em diversos lugares no mundo, em diversas classes sociais, em diversas raças e etnias, em diversas gerações e em diversos tipos de relações pessoais. Por esse motivo, a violência contra a mulher é entendida como um fenômeno social baseado nas desigualdades de gênero e não como uma conseqüência da pobreza ou do alcoolismo, como algumas pessoas entendem até hoje. O próprio exemplo de Maria da Penha Fernandes, a brasileira que deu nome à Lei N° 11.340, mostra como uma mulher de classe social abastada, com escolaridade superior também pode ser vítima de violência doméstica e familiar.

3. CONHEÇA QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS FORMAS DE VIOLÊNCIA PRATICADAS CONTRAAS MULHERES.

Segundo o artigo 7°, da Lei n° 11.340/2006, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. A violência contra a mulher produz consequências emocionais devastadoras, muitas vezes irreparáveis, e impactos graves sobre a saúde mental, sexual e reprodutiva da mulher:

#COMUNICA!

Despertar cidadã Por Eliane Campos e Itana Amaral

VIOLÊNCIA FÍSICA

- Tapas
- Empurrões
- Chutes
- Bofetadas
- Tentativa de asfixia
- Ameaca com faca
- Tentativas de homicídios
- Puxões de cabelo
- Beliscões
- Mordidas
- Queimaduras

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

- Humilhações
- Ameaças de agressão
- Privação da liberdade
- Impedimento ao trabalho ou estudo
- Danos propositais a objetos queridos
- Danos a animais de estimação
- Danos ou ameaças a pessoas queridas
- Impedimento de contato com a família e os amigos

VIOLÊNCIA SEXUAL

- Expressões verbais ou corporais que não são do agrado da pessoa
- Toques e carícias não desejados
- Exibicionismo e voyeurismo
- Prostituição forçada
- Participação forçada em pornografia

VIOLÊNCIA MORAL

- Iniúria Calúnia
- Difamação

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

- Destruição, venda ou furto de objetos pertencentes à vítima
- Destruição, venda ou furto dos instrumentos de trabalho da vítima
- Destruição de documentos da vítima ou de seus filhos
- · Venda, aluguel ou doação de imóvel pertencente à vítima ou ao casal, sem a autorização da mulher

VIOLÊNCIA CULTURAL

• Utilização de imagem de forma indevida nas redes sociais



ENTENDENDO MELHOR

- **I.** A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.
- II. A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição de autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.
- III. A violência sexual é entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.
- IV. A violência Patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
- **V.** A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.



4. O QUE DEVE FAZER UMA MULHER VÍTIMA DE AGRESSÃO?

A mulher em situação de violência doméstica e familiar poderá comparecer preferencialmente a uma Delegacia, Seção e Posto de Atendimento Especializados da Mulher mais próxima de sua residência e relatar a ocorrência dos fatos, assinar o termo de representação, quando for caso de ação penal pública condicionada, e solicitar as medidas protetivas de urgência pertinentes ao caso descrito (artigo 22 Lei 11.340/2006). É recomendável que a mulher esteja acompanhada de advogado ou de defensor púbico para lhe prestar todas as informações jurídicas e

específicas para o caso conforme prevê o artigo 27 e 28 da Lei 340/2006. Além disso, é importante que a mulher procure a rede de serviços de atendimento e políticas para as mulheres existentes no seu município e ou estado para acolhimento, orientação e acompanhamento do caso Ex: Centro de Valorização da Mulher CEVAM Os serviços que compõem a rede são: Centros de referencia de a t e n d i m e n t o à m u l h e r, N ú c l e o s d e Atendimento/Apoio à Mulher, Núcleos de Gêneros do Ministério público, Serviços de saúde Especializados, dentre outros. Destaca-se ainda a existência da Central de Atendimento à Mulher – Lique 180, 190 e 197.

Despertar cidadã Por Eliane Campos e Itana Amaral

5. A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA QUE NÃO TIVER CONDIÇÕES DE CONTRATAR UM ADVOGADO PODERÁ IR SOZINHA A DELEGACIA DE ATENDIMENTO ESPECIAL À MULHER E AO PODERJUDICIÁRIO?

A mulher poderá ir sozinha à Delegacia comum ou à Delegacia de Atendimento Especializado à mulher, mas é preferível que vá acompanhada de defensor público ou advogado, ou após ser orientada. A Lei Maria da Penha prevê um capítulo específico sobre a assistência judiciária, que deve ser garantida em todos os atos processuais (art.27). Quanto as medidas protetivas podem ser pleiteadas iretamente pela mulher ao juiz, independente de advogado ou defensor, em razão da capacidade postulatória extraordinária garantida pelo artigo 19 da Lei Maria da Penha. Importante ressaltar que o registro da medida de ocorrência ou boletim e a presença física é imprescindível no processo.

6. COMO A MULHER PODE AUXILIAR NA CONSTRUÇÃO DO SEU PAPEL COMO INDIVIDUO ATIVO NA SOCIEDADE?

Participando de diretórios acadêmicos, associação de moradores, grupos de mulheres, Conselhos de políticas públicas, enfim, pleiteando cargos de direção e assumindo lideranças. Exigindo seu direito à escola, ao trabalho, a creches. Realizando pequenas ações individuais que fazem uma grande diferença; não aceitar piadinhas, denunciar o assédio sexual e moral, viver sua sexualidade, sentir-se dona do seu corpo e expressando-se com firmeza.

7. QUE É UMA MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA?

Uma determinação do juiz para proteger a mulher vítima de violência doméstica, familiar ou na relação de afeto, de acordo com a necessidade da vítima. Ao dar queixa, na delegacia, a mulher pode pedir medidas de proteção previstas na Lei Maria da Penha. Se a mulher pedir proteção, o delegado deverá pedir ao juiz que determine, conforme o caso, o seguinte:

- Proibição ou restrição do uso de armas por parte do agressor;
- Afastamento do agressor da casa, sem que, por isso, a mulher perca seus direitos;
- Proibição do agressor de se aproximar da ofendida;
- Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores:
- Prestação de alimentos provisórios;
- Restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida:
- Proibição para vender ou alugar o imóvel da família sem autorização judicial; e depósito do valor correspondente aos danos causados pelo agressor

8. O QUE SÃO DIREITOS REPRODUTIVOS?

- Direito das pessoas de decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos, desejam ter e em que momentos de suas vidas querem te-los.
- Direito a informações, meios, métodos e técnicas para decidirem ter ou não ter filhos.
- Direito de exercer a sexualidade e a reprodução, livre de discrimição, imposição e violência.
- · Direito da mulher que vive com AIDS de ter filhos.

9. GRAVIDEZ RESULTANTE DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Lembre-se de que, pela lei brasileira, você pode, se quiser, reinvindicar o direito ao aborto, se a gravidez for resultante de violência sexual. Nesse caso, você deverá:

- 1. Procurar um serviço epecializado em atendimento à vitimas de violência, como o Serviço de Atendimento a Vitimas de Abuso Sexual (SAVAS), ou na falta de um serviço especializado um hospital de referência.
- 2. Essa busca deve se dar o mais rápido possível e independentemente de gravidez resultante de abuso sexual, o SAVAS é a referência para medidas de prevenção da gestação e de DST/HIV.
- 3. Registrar queixa na delegacia de polícia;
- 4. Fazer exame de corpo delito.

10. DIREITO À NÃO VIOLÊNCIA

No que diz respeito à legislação, o Código Penal, durante muito tempo, refletiu o pensamento machista, principalmente no aspecto relacionado à violência sexual, tratada como crime contra os costumes e não contra a pessoa da mulher. A Lei Maria da Penha (11.340/2006) é um mecanismo que abrange vários aspectos e dá proteção à mulher em situação de violência. Observando a concretização de compromissos assumidos pelo Brasil perante tratados internacionais e diante de estatísticas alarmantes, a lei prevê meios de prevenção e repressão à violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece, inclusive, medidas de proteção e assistência. Casos protegidos pela Lei Maria da Penha:

- A empregada doméstica que presta serviço a uma família.
- O neto ou neta que agrediu a avó ou o avô.
- A parceira da vítima (homoafetividade)
- Entre mãe e filha.
- Parentes (tios, sobrinhos, irmãos, cunhados)
- Companheiro, marido, noivo, namorado.

Fonte: Cartilha Lei Maria da Penha e Direitos da Mulher; Ministério Público de Goiás; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC); Delegada Paula Meoti.- Delegacia da Mulher.



17 de Maio

das 18h30 às 22h Faculdade Araguaia (Unidade Bueno)



Troca de...

CD's DVD's Livros dentre outros!







ESTATÍSTICAS

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Marcas da intolerância

Triste a realidade de um País em que a mulher ainda alimenta estatísticas sob os mais variados recortes. Desde sempre - e toda hora - é hora de dizer não ao machismo

Por Ybsã Oliveira



A violência doméstica é um assunto bastante pautado nos últimos meses, devido ao aumento significante de casos registrados, órgãos públicos e de apoio estão se unindo para combater o ócio social. Mas não para por aí. Levantamentos feitos mostram os números de casos dos últimos anos e alerta de spoiler: os números só crescem.

Segundo a antropóloga Márcia Pimenta, a desigualdade de gênero é uma construção cultural. "A cristalização da ideologia de superioridade masculina em relação à mulher traz problemas que todas nós vivenciamos em pequenas ações cotidianas. A mulher sofre imposições em diferentes contextos (social, político, cultural e econômico), o que a torna uma figura marginalizada socialmente em relação aos homens", afirma

A inferioridade, diz Márcia, se manifesta em diferenças salariais, oportunidades de trabalho, funções e papéis sociais. Essa cultura de superioridade do gênero masculino - a qual chamamos de machismo -, invade os domínios privados, domésticos, na grande maioria das vezes, em forma de violência.

Tal violência, que vem se perpetuando ao longo dos tempos, se estabelece de forma física, moral, sexual e patrimonial. Uma de nossas maiores conquistas, a Lei Maria da Penha, é um dos grandes trunfos da luta feminista.

A ampla difusão do movimento feminista e suas ideologias é a única arma que temos ao alcance para, a passos lentos, tentarmos mudar a cultura do machismo. Ainda há muito que ser conquistado.

Ao longo dos anos não houve acontecimento que desconstruísse o patriarcado e fizesse das mulheres o mesmo indivíduo que o homem, igual, equivalente e capaz. A história foi concretizando a sociedade como sendo uma comunidade desigual; logo, machista.

A violência aumentou e a intolerância persiste. Dados oficiais feitos por organizações de apoio e pelo governo indicam o crescimento alarmante de casos de violência contra a mulher nos últimos anos.

Denúncias

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos, os dados são coletados por meio de denúncias anônimas e confidenciais, pelo Disque Denúncia 180, serviço oferecido pela Ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos, que funciona 24 horas por dia no Brasil e em outros 16 países. O órgão, além de registrar denúncias, faz o encaminhamento aos órgãos competentes, dissemina informações sobre o direito da mulher, amparo legal e a rede de atendimento e acolhimento.

A violência doméstica contra a mulher passou a ser



considerada crime a partir da aprovação da Lei Maria da Penha, em 7 de agosto de 2006. Em 2015, o feminicídio entrou no quadro de crimes qualificados como homicídios e passou a ser enquadrado como crime hediondo (Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015 e art. 1º da lei 8.071 de 25 de julho de 1990).

O Ligue 180 levantou pesquisas nos anos de 2017 e 2018 que descrevem a quantidade de atendimentos e denúncias registradas neste período, somando um número total no Brasil e individualizando entre os Estados. Dados do Sistema Integrado de Apoio à Mulher (SIAM) constatou, em 2018, que o total de atendimentos foi de aproximadamente 1,2 milhão, incluindo relatos de violência, denúncias, reclamações, informações e elogios.

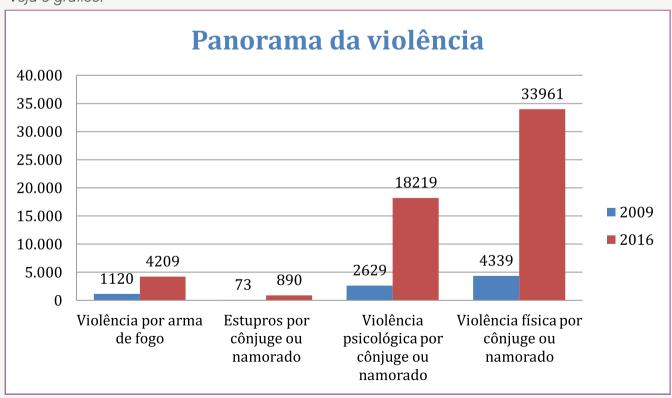
No quadro de denúncias, o número chega em torno de 155 mil atendimentos. Em 2018, o número de atendimentos registrados manteve-se próximo de 1,2 milhão, porém, no quesito denúncias, baixou para aproximadamente 130 mil atendimentos. Já em Goiás os números chegaram a 30 mil atendimentos no ano de 2017. Em 2018, o número subiu para 35 mil atendimentos.

O Fórum Nacional de Segurança Pública levantou que o total de denúncias registradas e encaminhadas em âmbito nacional no ano passado passava de 90 mil. Em Goiás, foram registradas 3 mil denúncias. Em 2017, os números somaram um total de 73 mil denúncias; em Goiás, os casos registrados chegaram a 2 mil relatos.

VÁRIAS FONTES DA MESMA VIOLÊNCIA

Com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sisnan) do Ministério da Saúde, foi feito um levantamento pela Revista Época entre 2009 e 2016 sobre o panorama da violência contra a mulher.

Veja o gráfico:



ESTATÍSTICAS

Por Ybsã Oliveira

As informações têm como referência a pesquisa DataFolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizada entre os dias 11 e 17 de fevereiro de 2017 em 130 municípios, incluindo cidades do Interior e Capitais, em todas as Regiões do País. A ação mostra números tanto do País quanto do mundo inteiro, contados em tempo real e separado pelo balanço feito a cada segundo, minutos e horas, de cada tipo de violência a qual a mulher é submetida. Além de registrar os casos, o relógio busca conscientizar a população para o ciclo da violência.

O Instituto Patrícia Galvão é uma agência feminista que divulga notícias, dossiês, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos da mulher. A organização atua sem fins lucrativos e usa estratégia na articulação entre demandas pelos direitos das mulheres, visibilidade e o debate público sobre essas questões na mídia. A agência publicou um cronômetro da violência contra as mulheres no Brasil. O quadro mostra dados semelhantes do Relógio da Violência, porém, este não é em tempo real.

Cronômetro da Violência Fonte: Instituto Patrícia Galvão



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM SEGUNDOS A CADA 2 SEGUNDOS UMA MULHER É VÍTIMA DE VIOLÊNCIA FÍSICA OU VERBAL A CADA 1.5 SEGUNDO. UMA MULHER É VÍTIMA DE ASSÉDIC NA RUA A CADA 6.1 **SEGUNDOS UMA** MULHER É VÍTIMA DE ASSÉDIO FÍSICO EM TRANSPORTE PÚBLICO A CADA 2 MINUTOS UMA MULHER É VÍTIMA DE ARMA DE FOGO A CADA 6.9 **SEGUNDOS UMA** MULHER É VÍTIMA DE PERSEGUIÇÃO

#COMUNICA!

As informações têm como referência a pesquisa DataFolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, realizada entre os dias 11 e 17 de fevereiro de 2017 em 130 municípios, incluindo cidades do Interior e Capitais, em todas as Regiões do País. A ação mostra números tanto do País quanto do mundo inteiro, contados em tempo real e separado pelo balanço feito a

cada segundo, minutos e horas, de cada tipo de violência a qual a mulher é submetida. Além de registrar os casos, o relógio busca conscientizar a população para o ciclo da violência.

O Instituto Patrícia Galvão é uma agência feminista que divulga notícias, dossiês, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos da mulher. A organização atua sem fins lucrativos e usa estratégia na articulação entre demandas pelos direitos das mulheres, visibilidade e o debate público sobre essas questões na mídia. A agência publicou um cronômetro da violência contra as mulheres no Brasil. O quadro mostra dados semelhantes do Relógio da Violência, porém, este não é em tempo real.

Cronômetro da Violência Fonte: Instituto Patrícia Galvão



Os números mostram quantidades assustadoras de mulheres que ligaram para denunciar ou relatar algum tipo de agressão, mas, por outro lado mostram que mais mulheres se encorajaram a denunciar e dar um basta e colocando fim à violência contra a mulher no País. Políticas de incentivo, programas e projetos de apoio à mulher fazem com que a vítima não se sinta sozinha na sociedade. Ela pode buscar ajuda no centro de apoio mais próximo ou ligar

para uma delegacia especializada e pedir informações e ajuda para se proteger. Estes institutos foram criados com a finalidade de acolher a mulher vítima de violência; servem para dar apoio emocional, médico e psicológico na maioria das vezes, e, muitos deles, servem como abrigo para centenas de vítimas em todo o País.

ESTATÍSTICAS



Por Ybsã Oliveira

CONQUISTAS IMPORTANTES

No âmbito jurídico, algumas mudanças já foram identificadas

- · O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo, vai barrar a inscrição daqueles que foram acusados de algum tipo de violência contra a mulher. O Supremo Tribunal Federal (STF) também sancionou e alterou algumas leis que tinham como contravenção a importunação sexual e crimes que ferem a liberdade sexual.
- Em 2015, a Lei nº 13.104 altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. O feminicídio, então, passa a ser entendido como homicídio qualificado contra as mulheres por razões da condição de sexo feminino.
- · A Lei Maria da Penha apresenta mais duas formas de violência moral e patrimonial que, somadas às violências física, sexual e psicológica, totalizam as cinco formas de violência doméstica e familiar, conforme definidas em seu Artigo 7°.
- Em 2012, o Supremo Tribunal Federal decidiu que qualquer pessoa, não apenas a vítima de violência, pode registrar ocorrência contra o agressor. Denúncias podem ser feitas nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) ou por meio do Disque 180.
- Em Goiânia, há centros de apoio como o Centro de Valorização da Mulher (Cevam) bem como a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM); nos transportes públicos da Capital, há uma lista de números de telefones de viaturas separadas por Região. São pequenos passos como esses que vão garantindo a liberdade de ir e vir da mulher na sociedade; no entanto, a educação e conhecimento ainda dentro de casa são de suma importância. O respeito é essencial e parte de todos os lados da moeda. O importante é que não só os casos de denúncias cresçam, mas que o Poder Judiciário faça a sua parte e puna os responsáveis por ferir de qualquer forma a mulher em seu lugar de direito.



Agenda

Listamos abaixo alguns canais importantes para denunciar qualquer ato de violência:

- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher: (62) 3201-2801
- Disque Denúncia: 180
- Polícia Militar: 190
 CEVAM: (62) 3213-2233
- Aplicativo Proteja Brasil Disponível para IOS e Android nas lojas de aplicativos do celular.



ECONOMIA COMPARTILHADA: PRODUÇÃO E CONSUMO EM COMUNICAÇÃO

GT1 - NEGOCIOS DISRUPTIVOS - MODELOS, PRODUÇÃO E CONSUMO

Análise de negócios que rompem com padrões de produção e consumo estabelecidos anteriormente; projeto e criação de um novo negócio e sua análise, de acordo com as teorias acerca da Economia Compartilhada.

GT2 - O JORNALISMO HOJE: A NOVA ECONOMIA DA INFORMAÇÃO

Estudos, pesquisas, análises e reflexões acerca dos novos modelos do jornalismo hoje; o jornalismo independente colaborativo; novas formas de trabalho jornalistico no contexto da Economia Colaborativa.

GT3 - PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA NA ERA PÓS-DIGITAL

Crowdsourcing Advertisement, suas características, modos de produção e implicações no consumo; análise das participações dos consumidores no fazer publicitário.





CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA MULHER CONSUELO NASSER

O Cevam auxilia na proteção e acolhimento de mulheres e adolescentes vítimas de violência. São ações e projetos preventivos a fim de proteger mulheres que sofreram ou sofrem diversos tipos de violência doméstica, física ou psicológica.

CONHEÇA NOSSOS

PROJETOS

E AJUDE A TRANSFORMAR

VIDAS!











Na luta em defesa das mulheres vítimas de violência

Por Viviane Maia



Os cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Araguaia adotaram um causa neste semestre: a assistência às mulheres vítimas de violência. Por isso, o Abrace uma Causa, projeto de responsabilidade social dos cursos de Comunicação, elegeu como entidade beneficiada o Centro de Valorização da Mulher (Cevam), que em abril de 2019, completou 38 anos de luta em defesa das mulheres agredidas e seus familiares em Goiás.

Neste semestre realizamos uma série de atividades em prol do Cevam – incluindo campanhas de arrecadação de donativos, bazar beneficente e produção de peças publicitárias. E, por isso, dedicamos esta edição da Revista #Comunica! inteira ao Cevam e temas ligados à violência contra a mulher.

A revista está recheada de artigos e reportagens sobre a Lei Maria da Penha, relacionamentos abusivos, feminicídio – morte de mulheres em virtude de violência doméstica e familiar ou discriminação ao gênero – e, claro, não poderia faltar, material especial sobre a fundadora do Cevam, a jornalista Consuelo Nasser, que morreu em 2002, aos 63 anos de idade, defendendo a causa feminina.

A violência contra a mulher é uma triste realidade no Brasil. O País ocupa o quinto lugar no ranking mundial deste tipo de violência. A cada dois segundos, uma mulher é agredida física ou verbalmente no Brasil, segundos dados da Secretaria de Governo Federal, que revelam ainda: por volta de 12 pessoas são vítimas de feminicídio, diariamente. Por ano, são contabilizados

mais de meio milhão de casos de estupro por ano no País. Vale lembrar que apenas 10% destes casos chegam à Justiça.

O Estado de Goiás colabora de forma considerável para este cenário. Segundo levantamento realizado pelo jornal O Globo, o Estado registrou 161 novos processos até novembro de 2018, ocupando a terceira posição no ranking nacional em casos de feminicídio. Foram coletadas informações de 13 dos 27 Tribunais de Justiça do País. Os dados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás revelam que o número de casos de feminicídio aumentou 22,58% em 2018. Foram 38 casos em 2018 contra 31 em 2017.

"A revista está recheada de artigos e reportagens sobre a Lei Maria da Penha, relacionamentos abusivos, feminicídio – morte de mulheres em virtude de violência doméstica e familiar ou discriminação ao gênero – e, claro, não poderia faltar, material especial sobre a fundadora do Cevam, a jornalista Consuelo Nasser"

Ainda de acordo com os dados da reportagem de O Globo, no Brasil foram registrados 1.469 mortes e tentativas de assassinato de mulheres, um crescimento de 51, 28% entre 2016 e 2018. Os números levantados juntos aos Tribunais de Justiça revelaram que Goiás é o terceiro colocado neste ranking, com 161 casos registrados, ficando atrás somente do Rio Grande do Sul, com 340 casos, e Santa Catarina, com 250 registros.

É por meio do acesso à informação que temos a oportunidade de nos conscientizarmos sobre questões relevantes à sociedade. Só a partir daí podemos planejar e realizar ações em prol de um mundo melhor. Por isso, boa leitura!

Viviane Maia é jornalista, mestre em Comunicação, especialista em Assessoria de Comunicação e em Marketing, coordenadora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Araguaia e editora-chefe da Revista #Comunica!





EXPEDIENTE

Editora Chefe: Viviane Maia Editora Geral: Patrícia Drummond Editor de Arte: Eduardo Ávila Diagramação: Marcos Lima

Articulistas: Glória Drummond, Juliana Junqueira, Márcia Pimenta e Virmondes Cruvinel

Equipe de reportagem

Coordenação: Profa. Patrícia Drummond Beatriz Pereira Borges

Diego Araújo
Eliane Campos
Itana Amaral
Laylla Alves
Leonardo Calazenço

Renata Aleluia Salma Ataíde Ybsã Oliveira

Equipe da Settma Agência Experimental

Coordenação: Profa. Márcia Pimenta

Ariane Kelen
Dhiego Gomes
Diogo Teixeira
Douglas Vieira
Gabriella Castro
lury Mariano
Julianne Borges
Oliver Pereira

ORGANOGRAMA DA FACULDADE ARAGUAIA

Diretor Geral: Prof. Me. Arnaldo Cardoso Freire

Diretora Pedagógica: Profa. Ma. Rita de Cássia Rodrigues Del Bianco **Vice-Diretor Pedagógico**: Prof. Me. Hamilcar Pereira e Costa **Diretora Acadêmica**: Profa. Angélica Cardoso Freire

Diretora Financeira: Profa. Adriana Cardoso Freire **Diretor Administrativo:** Hernalde Menezes

Coordenadora do curso de Jornalismo: Profa. Ma. Viviane Cristina Maia Gomes

Coordenadora do curso de Publicidade e Propagana: Profa. Ma. Viviane Cristina Maia Gomes



CEVAM

Fone: +55 (62) 3213-2233

cevam@uol.com.br . www.cevam.com.br

DOAÇÕES

Caixa Econômica Federal AG: 1551 - OPER: 013 - C.C: 14964-1 Casa da mãe sozinha: CNPJ: 04.789.956/0001-75